

CAPÍTULO II

**O ENSINO NO COLÉGIO DO ESPÍRITO SANTO – DE POMBAL
À FUNDAÇÃO DO LICEU (1750-1841)****Francisco António Lourenço Vaz**

(Departamento de História da Universidade de Évora)

Em 1759 o Marquês de Pombal expulsava os Jesuítas e extinguiu a Universidade de Évora. A expulsão dos inicianos teve grande repercussão, quer a nível nacional quer internacional. Mas, mais do que fazer uma leitura marcada por preconceitos ou pressupostos ideológicos, a expulsão dos jesuítas tem de ser inserida no contexto das reformas políticas e económicas que o poderoso ministro de D. José pretendia implementar e, a nível religioso, dentro do seio da Igreja, no confronto entre ultramontanos e as correntes reformistas. Temos em anteriores trabalhos analisado o anti-jesuitismo, perfilhado a nível da Igreja pelas correntes reformistas, e a nível poder político, escudado no pensamento pedagógico que denunciou de forma bem vincada a decadência dos estudos nos colégios jesuítas. De facto, antes de Pombal ter mandado fechar as casas dos jesuítas em Portugal, Luís António Verney, Bento Farinha e outros apontaram a decadência do ensino responsabilizando os mestres jesuítas.

Neste trabalho, tomando como âmbito temporal o período que vai de meados de setecentos a 1841, procuramos analisar de novo a extinção da Universidade, e fazer uma sistematização do ensino que passou a fazer-se no Colégio do Espírito Santo para substituir o dos mestres jesuítas. Procuramos responder a algumas questões: porquê a extinção da Universidade de Évora, numa época em que as Luzes começavam a estar em voga na Europa e tinham já importantes mentores em Portugal? Terá sido a extinção da Universidade de Évora um mero acto de antijesuitismo primário, como pretendem alguns, ou pelo contrário terá sido uma questão de bom gosto, um imperativo ditado por razões pedagógicas evidentes e que exigiam novos professores, capazes de estarem de acordo com as novas exigências políticas e culturais? E relativamente ao ensino que se estabeleceu no Colégio, quais os parâmetros que o nortearam e que paralelismo podemos estabelecer entre os diversos métodos e planos de estudos, durante este período de aproximadamente 100 anos?

A Universidade de Évora em meados de setecentos

A extinção da Universidade em 1759 tem merecido da parte da historiografia uma posição extremada, demonstrando que o assunto continua a ser objecto problemático. O discurso

ideológico sobrepõe-se à racionalidade com que o tema deve ser encarado. De um lado estão os que procuram por todos os meios justificar a actualização científica do ensino dos jesuítas, considerando que desde o início a Companhia “em vez de excomungar o humanismo renascentista, preferiu baptizá-lo” (Alves, 1959, 17), e que em meados de setecentos, os mestres inicianos teriam esquecido as determinações estatutárias e teriam nos seus cursos defendido as novas ideias científicas, no caso da Física e da própria filosofia racional (Gomes, 1960). Muitas destas análises foram feitas num contexto cultural marcado pela ausência de ensino universitário em Évora e, por isso, para estes autores prevalece a leitura ideológica e subjectiva do facto: a extinção foi um acto de puro despotismo político¹. Os “defensores dos jesuítas” esquecem muitas vezes a oposição que no interior da própria Igreja Católica era feita aos jesuítas pelas correntes reformistas, muitas vezes conotadas com o jansenismo e regalismo.

Análises mais recentes tem desmistificado o ensino e acção dos jesuítas e procurado enquadrar o facto no contexto económico e social. Em anteriores trabalhos procurámos lançar alguma luz sobre o facto. Estranhámos, por exemplo, que Severim de Faria, um aluno na Universidade de Évora, seja tão parco em elogios ao ensino dos seus mestres (Faria, 1655, in Vaz, 2003, 17-18 e 187). Como, praticamente passados 100 anos, Bento Farinha e Luís António Verney, outros dois brilhantes alunos da Universidade, tenham deixado um testemunho tão crítico sobre a instituição que frequentaram.

Uma questão fulcral para averiguar sobre a qualidade do ensino das instituições do passado ou do presente são os planos de estudos seguidos, os livros utilizados e os resultados alcançados. Em primeiro lugar precisemos o que se ensinava na Universidade de Évora em meados de setecentos. A Universidade tinha níveis diferentes de ensino, bem de acordo com a tradição universitária de Estudo Geral. Assim, era ministrado um ensino das primeiras letras, seguido do Latim, que por sua vez antecedia o curso de Artes, ou Filosofia, e no topo o curso de Teologia como “ciência maior”².

Relativamente ao ensino do Latim os testemunhos que nos chegaram não são muito abonatórios para os mestres jesuítas. Assim escreve Bento Farinha sobre as aulas que frequentou:

A economia dos Mestres destas Aulas era de grande dano para os estudantes delas: raro era o que não ocupava aos discípulos no seu serviço, mandando-os comprar coisas, que a ele e a outros Padres eram necessárias, fazendo-os levar Cartas pela Cidade, e fora dela; encarregando-lhe impertinentes

¹ Veja-se por exemplo a posição de Alves, 1959, p. 27: “Mas por fim morreu. Não digo bem: sucumbiu. Acrescentarei mesmo que se pode duvidar do valor jurídico do acto, prepotente, e arbitrário, que a extinguiu (...). A nós basta-nos a certeza de que a Universidade de Évora não morreu de inanição ou velhice. Foi imolada em torvo e malfadado despotismo político”.

² Cf. Apêndice Documental, Doc. A.

encomendas de flores... e satisfazendo a tudo isto com dispensas de Aula, ou com privilégios e perdões para não darem conta das Lições, que deviam estudar (Farinha, cit. Vaz, 1996-1997, 448).

Importa também invocar o testemunho de Luís António Verney sobre o ensino do Latim e a utilização da Gramática de Manuel Alvares. Verney, na segunda carta do *Verdadeiro Método de Estudar*, começa por dizer que em Portugal se ensina o latim por demasiados cartapácios. Para depois apontar outros abusos, entre os quais inclui o uso da obra de Manuel Alvares:

Toda a Gramática Latina se reduz a explicar a natureza, e acidentes das oito vozes que podem entrar na oração ou discurso: e o modo de as unir, e compor os períodos. E isto deve-se fazer com a maior clareza, e mais breves regras, que se poderem excogitar. O que certamente não se consegue com a Gramática usual: porque não há coisa mais confusa nem mais cheia de excepções, que a dita gramática, como todos vêem (...). Os doutíssimos Jesuítas, ensinam grande parte da mocidade, em várias partes da Europa: e não querendo apartar-se do seu Manuel Alvares, rejeitaram todas as novas gramáticas. Alguns destes Religiosos, que trato familiarmente, e estimo muito pela sua doutrina, e piedade; me disseram claramente que bem viam, que o Alvares era confuso, e difuso; e que as outras eram melhores (...) mas que o P. Geral não queria, se apartassem do P. Alvares, por ser Religioso da Companhia. Este é o motivo porque o P. Alvares se conservou nas Escolas dos tais Religiosos: e esta também a origem da tenacidade, com que muitos seguem, aquilo mesmo que condenam (Verney, 1746, 62-63) ³.

Segundo Luís Verney, além do argumento da confusão, existia assim um argumento de escola: os jesuítas apesar de compreenderem que o referido manual estava desajustado continuavam a utilizá-lo por fidelidade aos autores que eram “religiosos da Companhia”. Argumento que contraria a inovação que muitas vezes se atribui aos inacionos.

É precisamente este argumento de escola que vemos como o principal pecado da pedagogia inaciona. A Companhia formava um “exército coeso” em torno de uma causa: a evangelização e para esse fim deviam ser canalizados todos os meios, incluindo a Universidade e ensino universitário em Évora. Tudo o que a Companhia produzia, em matéria de conhecimento era valorizado, no sentido de criar uma elite de missionários capazes de enfrentar os imensos problemas que a evangelização levantava. Por isso, não duvidamos que os jesuítas desenvolveram um ensino prático e virado para a intervenção social. É que quando os padres jesuítas chegavam ao Brasil, ao Japão ou a Cochichina, precisavam de por em prática o conhecimento tecnológico dos europeus: além de missionários precisavam de ser arquitectos, engenheiros, professores etc. A título de exemplo entre as obras pertencen-

³ Obra disponível: http://purl.pt/118/1/sc-50679-v/sc-50679-v_item1/P74.html. Consultado em 3-7-2009.

centes aos jesuítas e que Frei Vicente Salgado encontrou no Colégio do Espírito Santo em 1776, encontravam-se alguns “papéis curiosos” como: *Meia folha de papel, em que se dá notícia da largura, e comprimento de algumas Igrejas deste Reino e Modo para fazer moinhos de agoa, vento*.

Relativamente a obras utilizadas nas aulas, encontravam-se nesse inventário obras utilizadas no ensino da Metafísica (Dezassete cadernos: *Methaphisicam Aristotelis*) e do direito canónico⁴.

As análises feitas ao ensino dos jesuítas revelam que nem tudo estava estagnado ou decadente na pedagogia dos inicianos. Com efeito, estudos recentes têm comprovado que a pedagogia iniciano se orientava por características educativas que têm actualidade, tais como, a atenção que os mestres davam ao nível etário dos alunos e o carácter activo e inter-activo que os professores imprimiam nas aulas (Monteiro, 2009, 62). Por outro lado, e no que respeita a actualização científica, considera-se que terá sido o sentido prático e interventivo que levou ao desenvolvimento do ensino da Matemática nas casas dos jesuítas, desde muito cedo (Leitão, 2007)⁵. Ensino que terá tido alguma estagnação durante o século XVII, mas que em finais da centúria foi renovado com a *Ordinatio* de 12 de Abril de 1692, enviada pelo Geral da Companhia para estimular e promover o estudo da Matemática na Província Lusitana. Foi com base nessa renovação que se passou a adotar o manual de André Tacquet ou outros baseados nesse autor⁶. E foi no âmbito dessa mesma renovação que nas aulas de matemática e geometria se passou a utilizar como meio didáctico e pedagógico a representação dos teoremas de Tacquet em azulejos pintados que decoravam as salas de aula e ao mesmo tempo ensinavam as matérias que o mestre leccionava⁷.

Os testemunhos que temos coligido demonstram que, apesar de alguns progressos no ensino científico, o ensino na Universidade de Évora continuava a seguir o método escolástico. Podiam os mestres jesuítas ter conhecimento dos Filósofos modernos, mas tal

⁴ Cf. Anexo Documental, Doc. B. Veja-se sobre os livros dos jesuítas no Colégio do Espírito Santo o estudo introdutório à recente edição do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* da autoria de Sara Marques Pereira (2008, 77-79)

⁵ Disponível em: http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt/Data/Documents/cat%C3%A1logo_azulejos.pdf, consultado em 20-10-2009.

⁶ “O famoso compêndio de Tacquet tornara-se por esta altura um dos mais importantes compêndios de estudo de matemática, nas escolas jesuítas e fora delas. Alguns anos mais tarde a importância do livro não havia esmorecido, muito pelo contrário. Em 1735 eram publicados em Lisboa os *Elementos de Geometria Plana e Sólida*, do jesuíta Manuel de Campos, explicitamente preparados ‘para uso da Real Aula da Esfera do Collegio de Santo Antão da Companhia de Jesus’, e que são fortemente baseados na obra de Tacquet”. (Leitão, 2007, 26).

⁷ “Não parece muito ousado concluir que os azulejos tenham tido a sua origem neste contexto de restauração e melhoramento do ensino matemático, em consequência das instruções da *Ordinatio*. De acordo com a letra do documento tornava-se necessário que na aula de matemática estivessem expostas de maneira bem visível, as figuras correspondentes às demonstrações dos *Elementos* prescritas no programa. Essas figuras deveriam ser, como se viu, usadas com assiduidade pelos alunos”. (Leitão, 2007, 29).

como muitos outros professores e intelectuais na Europa católica, até podiam ler Locke e Newton às escondidas, mas tinham de continuar a ensinar Aristóteles na cátedra⁸.

Mas porquê a extinção da Universidade de Évora, numa época em que as Luzes começavam a estar em voga na Europa e tinham já importantes mentores em Portugal?

O Ensino no Tempo de Pombal

Não há muitos testemunhos sobre a extinção da Universidade de Évora em 1759. Um dos mais comentados é o de Bento José de Sousa Farinha, autor que estudámos em anteriores trabalhos (Vaz, 1993, 1997 e 2007). Podemos também anotar que Frei Manuel do Cenáculo, na época estadista e muito próximo do círculo do poder, ficou surpreendido com a expulsão dos Jesuítas e deixou testemunho credível sobre a razão de fundo que a originou, ou seja, o predomínio e influência que a Companhia de Jesus tinha no comércio brasileiro, e o obstáculo que representava para a política regalista e centralista de Pombal⁹. Mas, se Frei Manuel estava ao corrente de toda a situação que levou á expulsão, não se vê nas suas palavras qualquer anti-jesuítismo. A objectividade com que aborda a questão está muito longe dos textos pombalinos onde os regulares são acusados de todos os malefícios.

Alguns laivos de anti-jesuítismo podem deduzir-se do ensino que Cenáculo ministrou a D. José, o Príncipe da Beira e herdeiro de D. Maria I. Este foi um papel relevante que o prelado teve e em estreita colaboração com o governo pombalino. Relativamente às matérias leccionadas pelo preceptor o realce é atribuído à História, como fonte de exemplos para a governação, em concordância com ideal romano da História como mestra da vida, e também à leitura ideológica do passado. Assim os duzentos anos do domínio jesuítico são associados à perda da independência, enquanto a gloriosa idade de ouro é associada ao presente, época de restauração da glória e feitos dos portugueses.

⁸ António de Andrade apresenta dados que vão no sentido de comprovar que os jesuítas possuíam, nas suas livrarias no Colégio das Artes em Coimbra, no Colégio de Santo Antão e em Évora, as obras dos Filósofos modernos: Descartes, Locke e até Isaac Newton. Segundo este autor o catálogo do Colégio das Artes foi feito no tempo de Pombal em 1766 e nele constam autores, como Newton, Cassini, Mussbenbroek. Sobre a Livraria do Colégio do Espírito Santo escreve: “Conhecem-se, felizmente, algumas páginas do catálogo de uma biblioteca da Universidade. Elaborado, porém, uns sete anos depois da expulsão dos jesuítas não pode fornecer a garantia de que foram recenseados os livros todos. Pior, ainda é a circunstância de faltar o catálogo das livrarias dos cubículos dos Professores das disciplinas”. (Andrade, 1965, 240). Contudo o autor não refere onde encontrou esse catálogo parcelar. Informa que em Coimbra, em 13-12-1759, se terão vendido livros provenientes de Évora e que terão rendido 729.049 réis. Continuando nesta descrição escreve: “Na Livraria Grande do Colégio da Companhia desta cidade de Évora, ainda havia, além de João Baptista Duhamel, João Baptista Benedictis, Fortunato à Brixia, Tomas Vicente Tosca, Bento Feijó, os Filósofos Renato Descartes, Pedro Gassendi, João Locke, Cristiano Wolf, Desidério Erasmo, Platão”. (Cf. Andrade, 1965, 242-243).

⁹ Numa carta a Juan Buytrago, Frei Manuel do Cenáculo fala sobre o descrédito em que tinha caído a Ordem, dizendo que não se sabiam os motivos desta situação, mas julgava que fosse devido à resistência que tinham movido ao governador do Grão-Pará e outras intrigas do comércio. (Vaz, 2009, 232).

Enfim, quanto à questão jesuítica não se encontra na extensa obra de Frei Manuel do Cenáculo as acusações que é fácil ver em outros autores da época particularmente os pedagogos, como Luís António Verney, Ribeiro Sanches e Bento Farinha. E quanto à Universidade de Évora as referências não abundam.

A expulsão dos jesuítas deve, a nosso ver, ser considerada como um facto inevitável, dados os parâmetros e objectivos políticos do governo pombalino. O processo de centralização política em curso, que desde início do consulado pombalino foi posto em marcha, implicava o controle efectivo por parte do Estado das forças e corporações que se opunham a esse projecto, particularmente a Nobreza e a Igreja. Esse era não apenas um imperativo político no quadro de uma monarquia absoluta, mas também um imperativo económico numa conjuntura em que o comércio colonial era a actividade mais lucrativa e como tal mais despertava o interesse do poder e das elites económicas. O Estado com a aplicação do protecționismo mercantilista não podia tolerar que grupos ou corporações religiosas como os jesuítas continuassem a ter uma completa autonomia financeira e pudessem canalizar os lucros das suas actividades coloniais – não esqueçamos que a própria missão não deixa de ser uma actividade que envolve dinheiro, produção de bens e comércio – para seu exclusivo interesse, ou mesmo para fora do Reino. Ora quando o Estado tentou conceder o exclusivo do comércio brasileiro às Companhias monopolistas, criadas para esse efeito, teve de enfrentar os interesses instalados no terreno e que eram em grande parte dominados pelos jesuítas.

A esta situação económica devemos ainda acrescentar os factores ideológicos. Para criar e reforçar o poder absoluto e esclarecido do Estado, Pombal terá compreendido que era indispensável uma uniformidade cultural. Essa uniformidade que visava criar uma opinião favorável ao poder, tinha como esteios obrigatórios a religião e todo o ritual que ela punha em favor do poder. Também neste domínio o projecto pombalino deparou com a resistência dos Jesuítas, que controlavam o ensino secundário e superior. Constituindo uma espécie de Estado dentro do Estado, os Jesuítas eram os principais opositores ao projecto pombalino e particularmente à política regalista de submeter a Igreja ao poder político. Facto que não ocorria apenas em Portugal mas em toda a Europa, em que se defrontavam as correntes mais conservadoras, ou ultramontanas, chefiadas pelos jesuítas, e os regalistas conotados como simpatizantes do reformismo e até do jansenismo. Por isso, Pombal apoiando-se nos sectores da Igreja, que há muito combatiam os jesuítas, e perante esta conjugação de factores decidiu-se pela expulsão e continuou lutando até alcançar a bula de extinção da Companhia.

Uma vez decidida a expulsão dos jesuítas todas as escolas, colégios e a Universidade de Évora teriam obrigatoriamente que ser extintas e passar para as mãos do Estado. Não divisamos portanto qualquer razão pedagógica na acção política que levou à extinção, as

reformas pedagógicas levadas a cabo por Pombal são mais uma consequência da expulsão do que uma causa. Ou seja, perante o vazio criado com o encerramento das escolas e da universidade, o poder teve de colocar no terreno algumas alternativas; diga-se, em jeito de parêntesis, que de forma muito lenta e com pouca vontade, dada a falta de recursos humanos. Como não podia deixar de ser, essas reformas, que terão o seu clímax com a reforma da Universidade de Coimbra, que começou a ser pensada em 1771 e implementada em 1772 (13 anos depois da expulsão dos jesuítas), assumiram como discurso pedagógico dominante um anti-jesuitismo primário, insistindo nas maquinações dos inicianos e acusando o seu ensino de retrógrado e decadente. Mas tal discurso é pura ideologia destinada a dar o invólucro necessário as novas realidades educativas.

Tendo como pano de fundo esta conjuntura política, a Universidade de Évora fechava a portas em 1759, duzentos anos após a sua fundação, mas o Colégio do Espírito Santo brevemente as abriu para acolher de novo estudantes. De facto, durante o tempo do governo de Pombal, em 1760, como testemunha Bento José de Sousa Farinha, aí começaram a dar aulas de Latim, Retórica, Grego e Filosofia os professores régios pagos pelo Estado, assegurando os Estudos Menores em Évora e deste modo possibilitando o acesso ao ensino universitário em Coimbra. Os testemunhos revelam que este ensino dos professores régios se manteve até 1776, com grande adesão das populações e que se enquadrava no contexto da reforma pombalina dos estudos a nível de rigor científico e pedagógico (Vaz, 1996-1997, 447-492).

As aulas, ou classes, eram duas de Latim, e uma para as restantes disciplinas, Retórica, Grego e Filosofia. A falta de professores, logo a seguir à expulsão dos Jesuítas, e o desejo de aplicar um novo método aos estudos obrigaram o governo pombalino a recorrer a mestres estrangeiros, não apenas para os estabelecimentos mais conceituados, como o Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra, mas também para os Estudos Menores. Por exemplo, a Aula de Grego no Colégio do Espírito Santo foi assegurada por João Goth, professor de origem irlandesa. Merece também referência o facto de ter sido professor de Retórica e Poética no Colégio do Espírito Santo, entre 1766 e 1768, o poeta satírico Nicolau Tolentino (1740-1811).

Quanto ao novos parâmetros que regiam os estudos, a dar crédito a Bento Farinha, no Colégio se começou a dar o ensino científico dos filósofos modernos, como nos diz na sua *História Literária da Cidade de Évora*.

No ano de 1764 com licença de Sua Majestade abri eu Aula de Filosofia, no mesmo Pátio, e tendo 22 discípulos lhe ensinei a Lógica de Verney; a Metafísica de Genuense, a Geometria de Euclides, e a Física de Muschenbroek e S' Gravezande, conforme as ordens que tinha para o governo desta Aula, com isto gastei três anos, no primeiro defenderam quatro estudantes as suas Conclusões impressas, de toda a Lógica e outros quatro de toda a Metafísica. (Farinha, cit. Vaz, 1996-1997, 315).

Este testemunho de Bento Farinha permite também comprovar que os estudos tiveram uma evolução positiva, com boa adesão por parte da comunidade e crédito dos professores. Segundo Bento Farinha durante estes 12 anos teriam concluído o estudo filosófico 200 alunos e nas outras disciplinas mais de 1.000. O próprio governo pombalino reconheceria este bom funcionamento do ensino uma vez que, em 1774, Évora e o Colégio do Espírito Santo foram escolhidos para se fazerem os exames públicos dos candidatos a professores régios, sendo os outros exames feitos em Lisboa e Coimbra. De facto, compareceram a estes exames 150 candidatos e muitos deles foram providos em professores régios em diversas localidades do reino.

Portanto, a oficialização do ensino parece ter dado bons frutos, mas fosse pela inveja dos frades, como insinua Bento Farinha, fosse porque o poder se cansou de gastar dinheiro com os ordenados dos professores, a verdade é que ainda no tempo de Pombal o ensino dos professores régios terminou abruptamente em Julho de 1776.

O Colégio no Tempo dos Frades da Terceira Ordem

No último ano do governo pombalino, o Colégio do Espírito Santo foi doado pelo Rei D. José I aos frades da Terceira Ordem de S. Francisco. A doação teve a intervenção de Frei Manuel do Cenáculo, ao tempo Presidente da Mesa Censória, e ainda muito ligado aos franciscanos, por ter sido seu Provincial e reformador dos seus estudos. O próprio Manuel do Cenáculo no diário confessa que foi ele a conseguir essa doação régia para os frades terceiros¹⁰. Évora e o Colégio do Espírito Santo eram sem dúvida vistos como um dos melhores estabelecimentos para implementar os estudos pensados para a Ordem. A nomeação de Frei Vicente Salgado, no ano de 1776, como Reitor do estabelecimento revela bem a importância que se queria dar ao ensino no Colégio. Vicente Salgado fora discípulo de Cenáculo em Coimbra e foi um dos melhores e mais conceituados eruditos do seu tempo, autor de obras com importância para a arqueologia e antiguidades, onde sobressaem as *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*.

Frei Vicente Salgado deixou registada a memória do seu governo do Colégio, que decorreu entre 1776-1779¹¹. Enquanto esteve à frente do estabelecimento, Frei Vicente começou por se preocupar em inventariar os bens existentes, particularmente o património artístico e bibliográfico que aí encontrou. Chegou até nós a sua *Memória do Real*

¹⁰ Em registo, datado de 27-2-1804, diz Frei Manuel: "...fui à Igreja do Colégio do Espírito Santo que impetrei ao Senhor Rei D. José I para a Província da minha Ordem". (Cenáculo, 1804, cit. Vaz, 2009, 603).

¹¹ Em carta dirigida a Frei Plácido Barroco, datada de 19-11-1779, Frei Manuel do Cenáculo noticia, que Frei Vicente Salgado deixara Évora e passara por Beja em direcção a Silves onde ensinaria Gramática. (Cenáculo, 1779, cit. Vaz, 2009, 62)

Colégio do Espírito Santo, texto manuscrito onde inventariou o que deixara no cartório do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, quando abandonou esse convento e o que encontrou no Colégio do Espírito Santo, quando aí chegou em 1776 (Salgado, 1777).

Com base na *Memória* de Vicente Salgado comprova-se que, em 1777, grande parte dos livros de registo da antiga Universidade jesuítica continuava no Colégio, nomeadamente toda a contabilidade que era usual fazer-se, como livros de recibo e receita, gastos, escrituras, soldadas e do pão. E tudo em volumosos fólhos que remontavam à fundação da Universidade. Do mesmo modo, continuavam aí os fólhos onde estavam registados, os graus atribuídos, os exames, os juramentos dos officias e até o *Livro dos assentos dos presos e alvarás de soltura da cadeia da Universidade*. Importa também referir que existia igualmente o *Catálogo da Livraria da Universidade*, feito por iniciativa do P. Paulo Carvalho em 1613, e que tinha sido renovado em 1634 que, como nos diz Frei Vicente, era “um volume fólho gordo encadernado em pergaminho”¹².

A descrição de Vicente Salgado assume particular interesse para sabermos qual era em 1777 o estado do Colégio do Espírito Santo, uma vez que o autor procede a um inventário pormenorizado das obras de arte e outros bens patrimoniais existentes na igreja, capelas e nas restantes dependências do estabelecimento¹³. Com efeito, começa com uma apreciação geral sobre o edifício em si e a sua situação no contexto urbano: “Fica este Colégio fora das portas antigas desta cidade, e como em arrabalde: ainda que não muito distante da catedral”; e continua depois com a descrição que em muitos casos dispensa a imagem sobre as várias dependências, como por exemplo a avaliação do autor sobre “Pátio ou Geral da Universidade”.

O Pátio da Universidade é digno, e obra que salta bem a vista, sempre agradável, e que não enfada. Entra-se por uma porta de respeito elevada, e de majestade, com duas colunas de mais de vinte palmos, suas bases; tímpano, ou cornija digna, e a figura do Espírito Santo (...) Compõem-se o geral de catorze aulas todas azulejadas, e de pinturas modernas: Em todas há cadeiras de angelim, e escadas de pedra para se subir a elas; com sua base, tudo da digna pedra de Estremoz. Quase todas têm colunas pelo meio, para segurança do madeiramento, que é de estuque em todas (Salgado, 1777, 117).

¹² *Catalogo dos Livros da Livraria publica deste Collegio de Évora que no anno de 1613 se fez por industria do P. Paulo Carvalho; e foi logo reformado no anno de 1634. He um volume de folio gordo encadernado em pergaminho*. Salgado, 1777, 103).

¹³ São descritas a igreja, sacristia, torres, coro, portaria, pátio ou geral da Universidade, varanda para a sala dos exames privados, dormitórios, capela da comunidade, livraria, noviciado, recolectado, giro da água da prata, casa do lavatório ou *de profundis*, refeitório, cozinha, despensas, boticas, enfermaria adegas, palheiro de fora, portaria do carro, casas de moços, celeiros e cercas.

Relativamente à Livraria a descrição é sucinta, mas fornece alguns aspectos da concepção do espaço e decoração, próprias de uma sala de leitura, mencionando que a “digna pintura a fresco, que tem no tecto, é que faz respeitável, e vistosa esta Casa, que tem três janelas rasgadas a nascente: de comprido tem 95 palmos e de largo 33”¹⁴.

A própria envolvência do conjunto arquitectónico é dada com rigor através da descrição das três cercas existentes, para as quais se indicam a área, medida em varas, as árvores de fruto, nomeadamente, as laranjeiras, limoeiros e latadas de vinha, bem como as noras existentes (duas delas já desactivadas) e as culturas que então aí se faziam. Lamenta-se Frei Vicente Salgado que, relativamente à cerca grande, existissem muitas árvores; pirliteiros, loureiros e amendoeiras, que impediam um melhor aproveitamento hortícola. A novidade neste domínio é a indicação da existência de um jardim ou horto botânico numa das cercas e que como se diz vinha do tempo dos Jesuítas e pertencia à botica, dando assim a entender que aí se cultivariam as plantas medicinais usadas. Como escreve Frei Vicente, “é o tal jardim botânico com seus canteiros sua fonte no meio de repuxo muito bonito, tem sua nora chamada do cardeal e o seu tanque muito bom” (Salgado, 1777, 128).

Enfim, com a descrição dada por Frei Vicente e relativa aos anos que permaneceu a frente do estabelecimento, é possível avaliar o estado em que se encontrava o conjunto arquitectónico e a riqueza do património artístico e bibliográfico que o Colégio possuía em 1777.

Com a chegada dos frades terceiros, terminou o ensino dos professores régios seculares e iniciou-se nova fase na vida do Colégio do Espírito Santo. Uma fase inicialmente pautada pela dificuldade em assegurar economicamente o prosseguimento dos estudos, dada a falta das antigas rendas da casa no tempo dos Jesuítas e a falta de proventos da Terceira Ordem para pagar aos professores. Uma das rendas mais importantes que a casa tinha, no tempo dos Jesuítas, era o pagamento de 30 moios de trigo e 10 de cevada, o equivalente a 2.880.000 réis pagos anualmente pela Mitra da cidade e que foi transferida para o Colégio dos Nobres no tempo de Pombal¹⁵. Esta falta de rendimentos seria em parte superada com a atribuição aos frades dos ordenados dos professores, que totalizavam 1.780.000 réis anuais e que segundo Bento Farinha os frades tudo fizeram para os conseguirem.

O governo de D. Maria I viria a agir, em 1779, em conformidade com a vontade dos eclesiásticos, uma vez que entregou às corporações religiosas a grande maioria das cadeiras de Estudos Menores, embora com uma diminuição substancial nos vencimentos dos professores. Um exemplo ajuda a compreender melhor esta medida economicista do poder. Um professor régio de Filosofia que no tempo de Pombal tinha de ordenado 400.000 réis

¹⁴ Acrescenta Frei Vicente que os telhados da livraria bem como da capela e dos dormitórios foram reparados, enquanto esteve à frente do estabelecimento.

¹⁵ Esta renda passou a ser paga em dinheiro a partir de 1811. BPE, COD. CXXIX/2-11, fls. 105-106.

por ano, passou a ser substituído por um frade que ensinava no seu convento, passando o Estado a pagar 70.000 réis, sendo 20.000 para o frade e 50.000 para o convento.

É possível, como base na correspondência que Vicente Salgado manteve com Cenáculo, comprovar que o ensino no Colégio do Espírito Santo se manteve, ainda que com muitas dificuldades por falta de mestres e rendimentos. Frei Vicente, como vimos, não esteve muito tempo à frente do estabelecimento, provavelmente pelas razões enunciadas. Com efeito, as cartas que escreve de Évora a Frei Manuel do Cenáculo datam de 2-10-1776 e 18-10-1779, um total de 9 cartas, com notícias interessantes sobre estudos. Logo na primeira e comprovando as dificuldades económicas, diz-se perseguido “com empréstimos de trastes”, e noutra missiva fala das dificuldades em encontrar professor para a aula de Grego. Mesmo assim o estabelecimento deve ter assegurado pelo menos durante algum tempo as aulas de Latim, Retórica, Filosofia e Grego. No ano de 1777 os estudos no Colégio passam a ser idênticos ao da casa mãe, o Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, portanto passou a ser ministrado um ensino destinado apenas a eclesiásticos. Em Dezembro desse mesmo ano, o Provincial da Ordem mudava-se para Évora e o Colégio do Espírito Santo recebia a visita do Rei e restante Família Real, que estava de passagem para o Paço de Vila Viçosa¹⁶.

Entre 1777 e 1790 o ensino no Colégio obedecia aos cânones determinados por D. Manuel do Cenáculo quando conseguiu alvará régio de aprovação do plano para os estudos a Terceira Ordem, em 1769¹⁷. O plano de estudos tem sido considerado pela historiografia um bom exemplo da modernidade e novo método que os reformadores pombalinos pretendiam aplicar também no ensino dos regulares (Vaz, 2002, 320-323). Limitámo-nos aqui a dar uma breve sinopse desses estudos e de algumas das orientações pedagógicas que Frei Manuel deixou escritas. As cadeiras passavam a ser: Retórica, Grego, Hebraico, Árabe, Filosofia, Moral, Teologia Moral, Cânones, História Eclesiástica, Religião Revelada e Escritura Sagrada. Esta simples enumeração comprova o sentido filológico e humanista que se pretendia inculcar aos estudos. Quanto ao método, citemos apenas o exemplo das recomendações dadas por Cenáculo para o ensino filosófico:

O Professor de Filosofia ensinará a História, e Lógica de Verney: e os Princípios de Geometria e de Física pelo Padre Brixia. Ensinará Ontologia por Verney; e dará algumas lições de Pneumatologia por Genovesi. No terceiro ano se fará o Estudo da Ética pelos Ofícios de Cícero, e de Santo Ambrósio. Acabados estes de explicar, dará o Professor as Lições de Direito Natural por Burlamaqui. (Cenáculo, 1790, 28).

¹⁶ Cf. BPE, Cod. CXXVIII-1/2, fls. 43-57.

¹⁷ Veja-se em particular a *Patente sobre a reforma dos estudos da Província*, datada de 13 de Junho de 1769, onde se descreve com pormenor o plano de estudos, a sua aprovação régia com o alvará, bem como as orientações para os mestres e matérias a leccionar, regulamento a seguir e demais disposições (Cenáculo, 1790).

Esta defesa do “bom gosto filosófico” está bem presente nos Catálogo dos Livros dirigido aos mestres e que o próprio Cenáculo redigiu. Nele de forma pormenorizada se indicam as obras e leituras que devem ser utilizadas nas aulas; referem-se, a par dos clássicos e humanistas, como Erasmo e Luís Vives, os Doutores da Igreja e autores modernos, nomeadamente, Genovesi, Verney, Locke, Mallebranche, Musschenbroek, S’Gravesande, Muratori, Heinício, Pufendorf, Burlamaqui e muitos outros (Vaz, 2009, 559-568).

As mudanças pedagógicas do governo de D. Maria I e que afectaram os Estudos Menores teriam também consequências neste ensino eclesiástico. Com efeito, em 1790 um alvará régio aboliu os estudos criados por D. Manuel do Cenáculo e portanto, o ensino passou a ser feito em novos moldes.

Durante o Arcebispado de Cenáculo

Com a chegada de Frei Manuel do Cenáculo a Évora abre-se um novo capítulo no ensino no Colégio. Cenáculo chegou em finais de 1803 e no início do ano lectivo seguinte, em 19 de Novembro de 1804, presidiu à abertura solene das aulas, deixando no seu diário uma descrição pormenorizada. A cerimónia durou dois dias e incluiu o juramento dos professores, feito sobre os Santos Evangelhos, de respeitarem a ortodoxia reinante, as orações académicas feitas na presença de numeroso público e na sala dos actos, ricamente ornamentada para o efeito. Com base nesta descrição, constata-se que o ensino continuava a ser dirigido para futuros eclesiásticos. Leccionavam-se as seguintes disciplinas: Teologia (incluía a Dogmática e Escritura Sagrada), História Eclesiástica, Gramática Latina, Filosofia, Música e Geografia. Esta última era a grande novidade dos estudos e ficou a cargo de um secular, Francisco Oliveira, que nessa sessão recitou uma prelecção que chegou até nós.

A oração académica de Francisco Oliveira, além de documentar ter sido Frei Manuel do Cenáculo o impulsionador do início deste novo ciclo de estudos no Colégio do Espírito Santo, merece uma leitura para nos apercebermos como era vista a Geografia em geral e o ensino científico nessa época. Francisco Oliveira inicia, à boa maneira, com uma citação de Cícero: “*Que maior, ou que mais importante serviço podemos fazer à Republica, do que o de ensinarmos e instruímos a mocidade?*”¹⁸. Seguem os elogios ao Arcebispo Cenáculo, considerado um sábio protector das letras, um promotor das Escolas e conhecimentos úteis. Importa, também, reter a ideia eclética acerca da Filosofia, vista como repositório de toda a “Ciência humana, assim de Deus e das coisas divinas, como das naturais e profanas”, e sobretudo a importância que se atribui à Geografia como propedêutica

¹⁸ BPE, Cod. 42, nº 14, *Discurso Na abertura da Aula de Geografia novamente erigida na cidade de Évora. Pello Ex.(mo). Frei Manuel do Cenáculo fl. 1.*

da História profana e religiosa. A Geografia é para o orador, “o olho direito da História” e é um estudo da suma importância, porque ajuda a dissipar os erros cometidos no passado, como a negação das antípodas, ou a existência de uma zona tórrida inabitável, porque todos esses erros derivaram da falta de conhecimento geográfico. Daí ser um estudo de grande utilidade para os empregos da Igreja e do Estado.

Outro dos Mestres que iniciou o seu magistério em 1804 foi o bibliófilo eborense António Baptista Sequeira Facamelo (1768-1824), que foi escolhido por Cenáculo para reger a cadeira de História Eclesiástica. Este cônego da Sé manteve-se nesse cargo até à morte e doou, com o seu testamento em 1824, à Biblioteca Pública de Évora a sua livraria, que se compunha de aproximadamente 1.500 exemplares, e um fundo de 600.000 réis para com os juros ir pagando os ordenados dos funcionários (Espanca, 1981-1982, 220-221).

Embora o elenco das disciplinas não revele uma grande mudança, importa sublinhar esta abertura ao espírito científico, baseado na observação e que nos mostra a influência das ideias pedagógicas de Frei Manuel do Cenáculo. Mas a conjuntura política de início de oitocentos não era favorável a projectos pedagógicos, a Europa mergulhara nas guerras revolucionárias e napoleónicas, Portugal cedo se viu invadido e à semelhança de outras localidades os exércitos napoleónicos saquearam Évora e particularmente os conventos e casas religiosas. O Colégio do Espírito Santo não escapou à voracidade dos franceses, que cometeram os desacatos habituais, roubando ou vandalizando as imagens da igreja e todo o dinheiro que conseguiram encontrar nas celas dos frades, tal como testemunha o Mestre do Colégio, Frei António de Santa Rosa de Viterbo, na *Évora Lastimosa* (Vaz, 2008, 150).

Após a morte de D. Manuel do Cenáculo, em 1814, o Colégio do Espírito Santo continuou a ser administrado pelos frades da Terceira Ordem até ao ano de 1834, quando foram extintas as ordens religiosas masculinas e os seus bens passaram para o Estado. Abriu-se então um novo ciclo de vida para os estudos a nível nacional que teve como base as reformas de ensino de Passos Manuel, entre 1836 e 1837, com destaque para a criação de liceus nas capitais das províncias. Em Évora foi o Colégio do Espírito Santo escolhido para instalar o Liceu, que só abriu as suas portas aos estudantes em 18 de Novembro de 1841. Nesse primeiro ano matricularam-se 17 alunos, mas só frequentaram 16, sendo a leccionação assegurada por três professores: o Reitor, João Luís de Sousa Falcão, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e João Gonçalves Fino, que era o secretário (Gromicho, 1954, 49)¹⁹. O Liceu adoptaria por divisa o dístico latino que se encontra por cima da porta de entrada do claustro principal: *Ille vos docebit omnia*, prestando assim tributo ao patrono da casa²⁰.

¹⁹ Para a evolução do ensino veja-se: Novoa e Clara, 2003: 262-274.

²⁰ A máxima latina é extraída do Evangelho de S. João e refere-se ao Espírito Santo, o Paráclito: “Ele vos ensinará todas as coisas”.

Considerações Finais

A estima que Frei Manuel do Cenáculo tinha pelo Colégio do Espírito Santo, pode ter estado na origem de o escolher por vontade testamentária para última morada, pois o mausoléu do Arcebispo encontra-se na sacristia da Igreja do Espírito Santo²¹.

Em jeito de conclusão desta breve sinopse, e tomando em conta os testemunhos sobre este conturbado período, que vai de Pombal a meados de oitocentos, podemos dizer que após a decisão pombalina de fechar a Universidade jesuítica em 1759, seguiu-se ainda com Pombal uma secularização do ensino que remediou a lacuna criada pela expulsão dos mestres Jesuítas. O ensino que os professores régios asseguraram no Colégio do Espírito Santo integrava-se no reformismo pedagógico pombalino, que tinha subjacente a defesa do ensino científico e uma valorização do estatuto de professor. Mas tal política educativa não teve continuidade e, com D. Maria I, o Estado enveredou por uma solução mais “económica” ao entregar aos frades grande número das cadeiras dos Estudos Menores. A nível local este facto traduziu-se no abandono do ensino dos seculares no Colégio do Espírito Santo e este estabelecimento com grandes potencialidades pedagógicas passou a estar restrito à formação de eclesiásticos. De algum modo só em 1841, com a abertura do Liceu de Évora, se retomou o ensino oficial, em novos moldes mas norteado de novo pelos princípios da actualização científica e pedagógica.

Podemos também concluir que a falta de continuidade nas políticas educativas se revelou nefasta para o progresso do ensino. De facto, ontem como hoje, as reformas que se orientam por dificuldades financeiras conjunturais e que tomam essas dificuldades como a principal razão para a política educativa, redundam mais tarde ou mais cedo em prejuízo económico para o país e para as suas gentes. Usando uma linguagem metafórica, é necessário dar tempo à árvore para crescer e dar os frutos pretendidos. Como se constata com os testemunhos, não foi benéfica para os estudos a extinção da Universidade em 1759, como não foi posteriormente benéfico que os parâmetros de actualização científica e pedagógica das reformas pombalinas não tenham tido a devida continuidade e investimento por parte do Estado.

Pese este facto, temos de reconhecer a vontade e sentido de inovação de Frei Manuel do Cenáculo que, remando contra a maré e em tempos de instabilidade política e guerra, conseguiu deixar uma valiosa herança cultural. Na realidade, não só deu o apoio à instrução adequada de uma elite eclesiástica, mas sobretudo fundou uma Biblioteca-Museu, constituída a partir das suas valiosas colecções de livros, produtos naturais e antiguidades, que abriu as suas portas logo em 1805 para servir a comunidade, particularmente os estudantes e professores. Deste modo, D. Manuel do Cenáculo perpetuava a sua intenção de difundir o saber e as ciências pelo maior número dos seus concidadãos e assegurava para os vindouros um património valioso e importante para garantir a instrução e salvaguardar a memória.

²¹ A descrição das cerimónias fúnebres pode ser consultada em Espanca, 1981-1982:197-199.

Apêndice Documental

DOC – A – Plano de Estudos na Universidade de Évora

AULAS	Mestres e Programa de Estudos	Anos	Manuais
2 Escolas: Ler e Escrever	Dirigidas por dois Irmãos Leigos da Companhia, estavam situadas da porta do pátio para fora e eram frequentadas por 200 rapazes.	-	-
Aulas de Latim (8)	Dirigidas cada uma por um Mestre de fora e com a seguinte divisão: 8ª – Nominativos e Rudimentos, 7ª – Géneros e Pretéritos, 6ª e 5ª – Sintaxe, 4ª e 3ª – Construção de Ovídeo e Virgílio. 2ª e 1ª – Construção e rudimentos de Retórica	4	Manuel Alvares: Gramática Cipriano Soares: Apostilha
Matemática	Geometria Geografia Conclusões	3	Tacquet: Geometria
Curso de Filosofia	1 Lente: Lógica, Física, Metafísica Conclusões	4	Barreto, Soares, Telles, Macedo, António Mayr, P. Silvestre Aranha
Curso de Teologia	2 Lentes de manhã: Contratos, Penitência, Restituição Escritura Sagrada 2 Lentes de tarde: Trindade e Actos Humanos Incarnação e Mérito, Predestinação e Auxílios Conclusões	5 ²²	Araujo, Molina, Sanches, Castro Palau, Buzembau, Mirim, Soares, Arriaga, Lessio, Pedro Lombardo

(Fonte: Bento Farinha, 1778, VAZ, 1997-1998)

²² Três anos de aulas e dois de Actos.

DOC B – Mapa dos Livros e Papeis que se acharam neste Convento do Espírito Santo de Padres da Terceira Ordem, e pertenciam aos Extintos Jesuítas (1777)

Categoria	Número	Datas
Livro de Recibo deste Collegio de Évora	9	1624-1733
Livro do Gasto deste Collegio de Évora	15	1596-1730
Livros de Soldadas	7	1600-1722
Livros de Pão	4	1599-1744
Livros da Província ²³	7	1599-1758
Livros das notas do Collegio	14	1573-1644
Livros de Folhas que pertencem a Universidade ²⁴	10	1594-1759
Livros de Quarto ²⁵	10	1607-1758
Livros de Folha	15	1572-1758
Livros de quarto Avulsos ²⁶	17	1618-1758
Pasta Nº 1 – Papeis de folha Titulo = Papeis Vários	52	1572-1735
Pasta Nº 2 – Papeis de Folha. Titulo = Papeis avulsos	64	1569-1715
Pasta Nº. 3 – Papeis de Folha. Titulo = Jesuítas	54	1570-1729
Pasta Nº 4 – Papeis de folha. Titulos = Papeis Latinos	15	1674-1724
Pasta Nº 5 – Papeis de Folha. Titulo = Universidade	49	1609-1695
Pasta Nº 6. – Papeis de folha Titulo = Universidade	8	
Pasta Nº 7 – Papeis de Folhas Títulos = Cartas avulsas ²⁷	5	1500-700
Pasta Nº 8 – Papeis de Folha. Titulo = Quitações Antigas ²⁸	2	sd
Pasta Nº 9. Papeis de Folha Titulo = Condensa de Linhares, e Affonço da Rocha	2	sd
Pasta Nº 10 – Papeis de Folha Titulo = Arrendamentos, e Fazenda	1	sd
Pasta Nº 11 – Papeis de Folha Titulo = Arrendamento e Fazenda.	1	sd
Livros M. S. de Folha que estão encadernados ²⁹	9	1536-1706
Pasta Nº 1. Papeis de Quatro. Titulo = Latinos ³⁰	2	sd
Pasta Nº 2. Papeis de Quarto. Títulos = Papeis Latinos	4	1581-1638
Pasta Nº 3. Papeis de Quarto. Títulos = Papeis Latinos, e Portugueses	13	1690-1724
Pasta Nº 4. Papeis de Quarto. Títulos = Papeis Latinos	6	1616-1638
Pasta Nº 5 – Papeis de Quarto. Títulos = Latinos, e Diversas Línguas	17	1586
Pasta N. 6 – Papeis de quarto. Titulo = Portugueses	11	1607-1659
Pasta N. 7 – Papeis de Quarto. Titulo = Collegio	16	1662-1732
Livros M S. de Quarto que estão encadernados ³¹	6	1552-1700
Livros de 12	3	sd
Pasta N. 1. Papeis de Doze	6	sd
Pasta N. 2. Papeis M. S. de Doze	3	sd
Pasta N. 3. Papeis M.S. de Doze	5	sd
Pergaminhos M.S. que se acharam nesta Caza	15	1161-1547
TOTAL	477	

(Fonte: Frei Vicente Salgado (1777): *Memorias do Colégio do Espírito Santo*, BAC, Ms. 348)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manuscritos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, – ANTT, Real Mesa Censória, Caixa 188, *Avisos Recebidos pela Mesa Censória*, 1774-1779.

Biblioteca da Academia das Ciências (BAC), série vermelha, Ms. 348, fl. 132.

Biblioteca Pública d Évora (BPE), Cod. 42, nº 14, *Discurso na abertura da Aula de Geografia novamente erigida na cidade de Évora. Pello Ex.(mo) Frei Manuel do Cenáculo*.

Biblioteca Pública d Évora (BPE), Cod. CXXIX/1-21, *Diário de D. Frei Manuel do Cenáculo* (1794-1812).

Biblioteca Pública de Évora (BPE), COD. CXXIX/2-11, fls. 105-106.

Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cod. CXXVIII-1/2, fls. 43-57.

Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cod. CXXVIII/2-5. [*Documentos sobre a reforma de Terceira Ordem*], fl. 214-220

Impressos

ALMEIDA, Manuel Lopes de (1947), *A Propósito de Bento José Professor de Filosofia em Évora*. Coimbra.

ALVES, P. Paulo Durão (1959), “Significado histórico-cultural da Universidade de Évora”, *A Cidade de Évora*, 41-42: 15-16.

ANDRADE, António Alberto (1965): *Vernei e a Cultura do seu tempo*, Coimbra, Almedina.

BRAGA, Teófilo (1898), *História da Universidade de Coimbra*, Lisboa.

²³ Entre outros: Livro dos Assentos dos Reitores de quando entram, e acabam: e da entrega da Caza do seu deve, e ha de haver; Livro das Entradas dos Noviços: que principia em 1596 até 1625 e Livro das Entradas dos Noviços: que principia em 1694 até 1731. Seguimos neste inventário a ortografia do texto original

²⁴ Entre outros: Livro dos Assentos dos Prezos, e Alvará de Soltura da cadeia desta Universidade principia em 1686 ate 1728; Livro dos graus de Teologia principia em 1618 até 1687. Livro dos Exames dos Cursistas, e de alguns Theologos: principia na ano de 1594 até 1701.

²⁵ Entre outros: Livro dos Exames, que principia em 1642 até 1758; Livro da despeza da Enfermaria da Universidade principia em 1642 até 1682.

²⁶ Livro donde se assenta o recibo, e gasto da Livraria principiou em 1654 até 1758, Livro donde se assentavam os volumes, que hiam para as Cellas dos Padres Mestres: em 1739, Livro das Quitações dos juros: que principiou em 1718; Um Livro de doze: Inventario dos trastes da Enfermaria Real dos Estudantes em 1672.

²⁷ Um maço de carta do ano de 1500 para diante, e um maço de cartas do ano de 1700 para diante.

²⁸ “Esta pasta não contem outra Coiza mais que Quitações de dinheiro que davam, e que recebiam; Penções que recebiam e davam Etc. É pasta volumosa”

²⁹ Entre outros: Catalogo dos Livros da Livraria publica deste Colégio de Évora que no ano de 1613 se fez por industria do P. Paulo Carvalho; e foi logo reformado no ano de 1634. É um volume de folha, gordo encadernado em pergaminho; Uma Cópia autenticada do Testamento do Senhor Cardeal Rey. Esta encadernado em pergaminho; Plantas antigas do Colégio de Évora: tem bastantes, a que eles chamam traças: estão em uma pasta de pergaminho.

³⁰ “Dezasete cadernos = in Methaphisicam Aristotelis = que principiam em pag. 33 e acabam em pa. 635 São Cadernos de peça dos que algum dia estiveram em Cadernos, no fim tem addições do mesmo Autor. M.S. Nove Cadernos de Direito Canónico, que principiam no Caderno 8^a, e trata de Testamentos; acaba no Caderno 18 e Continuava. São Cadernos despensado, mas da mesma Letra”.

³¹ “Postilla de Forma Syllogistica: encadernada em pergaminho: tem um dedo de altura; In libros Phisicorum Aristet. a Patre Stephano del Bafalo Soc. Jes, Roma na. 1596; Índex do Cartório: É encadernado em pergaminho; e tem de altura mais de um dedo; Pr. Livro dos Óbitos deste Colégio de Évora, e Relíquias delle desde ano de 1552, até 1700 É encadernado em pergaminho de três dedos de grossura”.

- CENÁCULO, Frei Manuel do (1790), *Disposições do Superior Provincial para observância regular, e literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos, feitos nos annos de mil, setecentos e sessenta e nove e setenta*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica.
- ESPANCA, Túlio (1981-1982), “Subsídios para a História a Biblioteca Pública de Évora (1804-1950)”, *Revista Cidade de Évora*, 1981-1982, 220-221.
- GOMES, João Pereira (1960), *Os Professores de Filosofia da Universidade de Évora 1559-1759*, Évora.
- GROMICHO, A. (1954), “Liceu Nacional de Évora”, *A Cidade de Évora*, 48: 49.
- NÓVOA, António e CLARA, T., (2003), *Liceus de Portugal – História, Memórias*, Lisboa: Asa.
- LEITÃO, Henrique (2007), “Azulejos que testemunham uma tradição de ensino científico”, *Exposição Azulejos que Ensinam*, Coimbra: Centro de Matemática da Universidade de Coimbra, disponível in: http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt/Data/Documents/cat%C3%A1logo_azulejos.pdf, consultado em 20-10-2009.
- MONTEIRO, Miguel (2009), “Características Educativas Inicianas. Algumas Reflexões”, *REVUE*, 10-11, 62-77.
- PEREIRA, Gabriel (1947), *Estudos Eborenses de História e arqueologia*, Évora, Edições Nazaré.
- PEREIRA, José Esteves Pereira (1989), *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- PEREIRA, Sara Marques (2008), “Duzentos anos de Solidão. A deriva da Universidade de Évora (1759-1959)”, *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, Porto, Campo das Letras, 59-90.
- VAZ, Francisco (1996-1997): “A Cidade de Évora na vida e obra de Bento Farinha”, *Revista a Cidade de Évora*, Évora, Câmara Municipal, 1996-1997, 447-492.
- VAZ, Francisco (2007), “D. Frei Manuel do Cenáculo e o Ensino no Colégio do Espírito Santo”, *REVUE. Revista da Universidade de Évora*, 8, 30-37.
- VAZ, Francisco (2005), “Jansenismo e regalismo no pensamento e na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”, *Ebo-rentia*, 35, 61-81.
- VAZ, Francisco (1993), *As Ideias Pedagógicas em Portugal nos fins do século XVIII-Bento José de Sousa Farinha*, Tese de Mestrado apresentada a Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- VAZ, Francisco (2002), *Instrução e Economia. As Ideias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa*, Lisboa, Colibri.
- VAZ, Francisco (2008), *O Saque de Évora pelos Franceses em 1808*, Vale de Cambra, Caleidoscópio.
- VAZ, Francisco (2009), *Os Livros e as Bibliotecas no Espólio de D.Frei Manuel do Cenáculo*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- VELOSO, José Maria Queirós (1976), *A Universidade de Évora. Elementos para a sua História*; Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976.
- VERNEY, Luís António (1746), *Verdadeiro Método de Estudar*, disponível em: http://purl.pt/118/1/sc-50679-v/sc-50679-v_item1/P74.html, Consultado em 3-7-2009.